

35º Encontro Anual da Anpocs
GT 26 - Pensamento social latinoamericano

Título do Trabalho

**Burguesia dependente, superexploração da força de trabalho e subimperialismo:
elementos para uma interpretação do Brasil contemporâneo**

Fábio Marvulle Bueno

Doutorando pelo Instituto de Economia da Unicamp - Brasil

fbuenobr@yahoo.com.br

Burguesia dependente, superexploração da força de trabalho e subimperialismo: elementos para uma interpretação do Brasil contemporâneo¹

Fábio Marvulle Bueno

Doutorando pelo Instituto de Economia da Unicamp - Brasil

fmbuenobr@yahoo.com.br

A ofensiva político-ideológica mundial da burguesia, construída a partir da década de 1980, corresponde ao que a literatura das Ciências Sociais identifica como neoliberalismo, período histórico em que se destacam processos socioeconômicos como a reestruturação do aparelho estatal mirando políticas *market friendly*; disseminação de novas formas de gestão dos processos de trabalho e a consequente modificação das relações trabalhistas; concentração funcional e pessoal de renda; e a desregulamentação das atividades econômicas que se materializa na livre mobilidade internacional de capitais.

Os processos de mudanças engendrados pelo neoliberalismo fizeram com que nosso continente passasse por mudanças significativas na sua estrutura de classes sociais, comparáveis à restauração capitalista nos países do Leste europeu e à expansão da economia de mercado na China. A América Latina passou, de uma só vez, pela privatização de grandes empresas estatais, expansão da exploração privada de serviços dantes públicos, aprofundamento do modelo de desenvolvimento apoiado em exportação de *commodities*, entrada de gigantesco montante de capital internacional no espaço econômico local, disseminação das relações precarizadas de trabalho e da ideologia do empreendedorismo, entre outros processos.

O novo contexto socioeconômico neoliberal afetou fortemente a burguesia dependente. Reforçou econômica e politicamente as frações locais ligadas ao mercado internacional pelas finanças e exportação de *commodities*; abriu espaço para frações que passaram a explorar atividades dantes estatais (educação, saúde, previdência, segurança, etc.); ampliou a presença setorial do capital internacional, com destaque para um processo de

¹ Agradeço aos comentários e críticas de Sadi Dal Rosso, Eduardo Luiz Zen e Raphael Lana Seabra

centralização de capitais na forma de fusões e aquisições; e deu impulso às frações diretamente ligadas ao sistema financeiro (bancos, bolsas de valores, mercados de títulos privados). Por outro lado, a abertura comercial sacudiu frações industriais e comerciais até então protegidas da concorrência internacional.

No plano teórico, a ofensiva neoliberal impulsionou a ascensão de uma série ampla de novas questões nas Ciências Sociais, indo da impossibilidade pós-moderna de qualquer interpretação do capitalismo atual em sua totalidade, passando pela conformação da teoria do capital humano, chegando até a perda da centralidade do Trabalho e a organização de uma sociedade pós-industrial. Apesar da amplitude, tal conjunto de questões compartilhava um elemento central: o abandono da discussão das classes sociais, justamente quando modificações de suma importância aconteciam.

A produção teórica latino-americana não ficou imune a este movimento geral de supressão da abordagem classista nas Ciências Sociais em meio ao neoliberalismo. As últimas tentativas de interpretação classista de fôlego em nosso continente datam do terceiro quarto do século XX, como a Teoria da Marginalidade de Quijano (1978) e Nun (1969) e, principalmente, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), na qual se destaca a obra de Ruy Mauro Marini. Esta última proporcionava uma acurada leitura, sob a ótica marxista, da configuração da burguesia e do proletariado no capitalismo dependente latino-americano, especialmente o brasileiro, e a colocava no centro da interpretação do desenvolvimento latino-americano, valendo-se de conceitos como superexploração do trabalho, cooperação antagônica, troca desigual e subimperialismo.

É interessante notar que os processos perpetrados pelo neoliberalismo no início do século XXI, mesmo com suas especificidades, guardam semelhanças importantes com aqueles analisados por Marini em sua época, a exemplo da incorporação da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho pelo investimento do capital internacional; o reforço da presença econômica e militar imperialista estadunidense no continente; o aumento da influência regional brasileira no âmbito diplomático e econômico; e o reforço político-econômico das atividades primário-exportadoras.

Tais semelhanças históricas colocam várias questões importantes, das quais destacamos três. Primeiro, seria possível empreender uma interpretação consistente das

transformações do capitalismo latino-americano das última décadas sem recorrer a uma abordagem classista? Segundo, processos históricos com elementos semelhantes implicam em que grau de manutenção das características econômica, política e ideológica da classe que os leva à frente no capitalismo dependente, a burguesia? Terceiro, a similaridade entre processos históricos confere à obra de Marini algum potencial explicativo para a atual dinâmica social de nosso capitalismo dependente?

Assumindo uma resposta negativa à primeira das três questões acima levantadas, o objetivo deste texto é buscar elementos que avancem na resposta das outras questões, retomando as formulações de Marini, em especial os conceitos de incapacidade da burguesia dependente de contrapor-se à transferência de valor no âmbito concorrencial, superexploração da força de trabalho e subimperialismo, como eixo analítico para esboçar elementos que venham contribuir para o entendimento da configuração de classes latino-americana atual.

Para tanto, após esta introdução, resgataremos as contribuições de Marini no esboço dos traços essenciais da burguesia dependente e destacaremos algumas implicações políticas dos mesmos, passamos a uma breve caracterização do proletariado dependente e a um resgate do conceito de superexploração da força de trabalho. Em seguida, introduziremos a noção de subimperialismo como viés interpretativo da atual configuração da burguesia brasileira, para então apontarmos como as características da burguesia dependente, aqui sublinhadas, influenciam o atual estágio da luta de classes na sociedade brasileira, passando então às considerações finais.

Dependência e a conformação da burguesia dependente

O papel continental na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e as atividades econômicas aqui privilegiadas pelo mercado internacional são o ponto de partida analítico, segundo Marini (1991), para o correto entendimento das relações de produção singulares que caracterizam a formação da burguesia e a do proletariado nas economias dependentes².

² A dependencia é tomada como “(...) una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 1991).

Para Marini, o papel das economias dependentes na DIT é viabilizar uma rápida acumulação no capitalismo central, ofertando tanto matérias-primas que diminuem o valor do capital constante (c), como bens de consumo necessários à reprodução da força de trabalho mais baratos que possibilitam a desvalorização do capital variável (v), ambos contribuindo para postergar a chamada Lei da Tendência Declinante da Taxa Média de Lucro analisada por Marx (1985) no Livro III d'O Capital.

Tal papel das economias dependentes engendra relações concorrenciais intracapitalistas entre as burguesias centrais e dependentes, influenciando fortemente a conformação da última. Para Marini (2000), a burguesia dependente adentra a concorrência com uma composição orgânica (c/v) inferior à média vigente nos capitais dos países centrais, uma vez que não controla o progresso técnico³.

Quando capitais de diferentes c/v são colocados em concorrência, opera a lei de equalização da taxa de lucro, descrita por Marx (1985) no Livro III d'O Capital, fazendo com que parte da mais-valia (m) produzida nas economias dependentes seja transferida para os capitais do centro, processo sintetizado no conceito de troca desigual (MARINI, 1991), de modo a que capitais de diferente composição orgânica tendam a convergir para uma mesma taxa média de lucro⁴. Isto implica que os capitais de maior composição orgânica se apropriam de parte da massa de m extraída pelos capitais de menor composição orgânica, ou ainda, que a burguesia dependente transfere parte da mais-valia apropriada para os capitais do centro imperialista.

Para Marini (1991), a burguesia dependente tem a característica crucial de não ser capaz de contrabalançar a extorsão de parte da sua mais-valia no âmbito da competição intercapitalista recorrendo ao progresso técnico, o que acaba marcando o capitalismo dependente em três dimensões.

³ O progresso técnico aumenta a produtividade da força de trabalho e eleva a relação c/v pela materialização de um maior volume de valor na forma de capital constante (novas máquinas, equipamentos e até matérias primas) em relação à de variável na produção.

⁴ A taxa média de lucro pode ser representada pela expressão algébrica $\frac{m}{c+v}$, relacionando, no numerador, a taxa de mais-valia e, no denominador, a composição orgânica do capital. A mobilidade setorial dos capitais e os menores preços de produção dos capitais de maior composição orgânica são os mecanismos de apropriação da mais-valia que a concorrência capitalista proporciona para a equalização da taxa de lucro. Para uma síntese das formas de equalização da taxa de lucro pela concorrência intra e interssetorial, ver Amaral e Carcanholo (2009).

Primeiro, as economias dependentes não conseguem disseminar a modalidade de mais-valia relativa como relação de exploração padrão da força de trabalho, a exemplo do centro capitalista, em que o rebaixamento do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho (mais-valia relativa) decorre da incorporação de progresso técnico⁵ na produção de bens de consumo, elevando a produtividade do trabalho e permitindo uma proporção cada vez menor de trabalho vivo incorporado em uma massa crescente de valores de uso, diminuindo o valor dos bens destinados à reprodução da força de trabalho e conseqüentemente desvalorizando a última. O recurso à mais-valia relativa não só eleva a taxa de mais valia (m/v), seja pela elevação de m , seja pela diminuição de v , mas também a relação c/v , pois a força de trabalho mais produtiva coloca em movimento um volume maior de capital constante.

Segundo, a desvantagem concorrencial ligada ao progresso técnico impede a burguesia dependente de controlar plenamente a massa de mais-valia extraída dos trabalhadores. Esta punção de mais-valia pelo capital do Centro não acarreta uma tendência à estagnação da acumulação dependente, como a princípio pode-se pensar, mas sim torna a influência da conjuntura econômica mundial determinante. As fases cíclicas da acumulação local são intensificadas pelas do ciclo mundial, principalmente nos momentos de crise. Ao lado das típicas dificuldades de acumulação e realização desses momentos (diminuição de volume e preço das exportações para o centro, fuga de capitais e paralisação do financiamento no mercado financeiro mundial, etc.), também presenciamos o aumento da transferência de valor ao capital do Centro, por uma série de expedientes⁶, como forma de contrabalançar os efeitos da crise nas economias centrais, diminuindo a massa de mais-valia sob controle da burguesia dependente.

⁵ A tese do não controle do progresso técnico busca caracterizar a burguesia dependente em um nível de abstração elevado, desconsiderando a especificidade de setores econômicos e grupos econômicos. Ao incorporarmos tais dimensões analíticas, torna-se perfeitamente possível a existência de determinadas grupos econômicos locais com certa capacidade própria de criação e difusão de progresso técnico, os quais deixam intocado a incapacidade de controle do progresso técnico para o conjunto da burguesia dependente.

⁶ Historicamente, a transferência de parte da mais-valia produzida na periferia para o centro imperialista assumiu diversas formas e processos, indo da diferença na trajetória dos preços internacionais de suas exportações em relação aos das importações feitas das economias centrais, chamada no enfoque keynesiano de deterioração dos termos de troca, passando pelo pagamento de juros da dívida pública, pelo processo de industrialização latino-americano de intensa participação do capital internacional que trazia a remessa de lucros para as matrizes, chegando, na globalização financeira, na incorporação das remessas de lucros e dividendos sobre os investimentos estrangeiros em ações cotadas em bolsas ou títulos de dívida privadas locais.

Terceiro, a burguesia dependente adota uma estratégia *sui generis* de compensação da transferência de parte da mais-valia: busca o aumento da massa de mais-valia apropriada (m), mesmo que a taxa de mais-valia (m/v) não se eleve. A lógica desta estratégia destacada por Marini (2000) é a de se conseguir um montante tal de m que minimize o impacto da quota transferida para o centro capitalista. Vejamos um exemplo simples.

Assumindo inicialmente uma taxa de mais-valia de 100% em uma jornada de trabalho constante, ou seja, uma proporção entre m e v de 1:1, a dinâmica do capitalismo central tende a aumentar esta proporção em favor de m (para 1,5:0,5 por exemplo), ao passo que nos países dependentes, a burguesia busca elevar o valor absoluto de m , independente do aumento da proporção de m em relação a v , ou seja, no limite, mantida a taxa de mais-valia em 100%, busca-se atingi-la movimentando massas de valor de 20, 30 ou 40 horas de trabalho para v e m .

Assim, assumindo que os trabalhadores produzem inicialmente um montante m de 5 a partir de um montante v de 5, a burguesia dependente se apropria efetivamente de algo como 3,5 (70% da mais-valia) quando da equalização da taxa de lucro. A aplicação da citada estratégia buscaria a produção de um maior montante de mais-valia (digamos 10), mantendo a relação m/v inalterada. Mesmo diminuindo a composição orgânica e conseqüentemente aumentando a transferência de mais-valia na equalização da taxa de lucro, esta estratégia proporcionaria um montante m apropriado pela burguesia dependente maior em termos absolutos, digamos 6, mas que equivale a apenas 60% da mais-valia inicialmente controlada.

Partindo do referencial elaborado por Marini (2000) que destaca a incapacidade da burguesia dependente de contrapor-se à transferência de valor no âmbito concorrencial, impedindo a generalização da mais-valia relativa, sobre determinando o ciclo econômico local e engendrando estratégia de compensação apoiada no aumento da massa de mais-valia, podemos esboçar algumas características do posicionamento político da burguesia dependente no Brasil, extensível ao conjunto da latino-americana.

O foco da burguesia dependente no aumento da massa de mais-valia implica uma posição contrária a quaisquer reformas progressistas no mercado de trabalho (diminuição da jornada, elevação do nível salarial, ampliação de direitos). Notemos que diferentemente da burguesia do centro capitalista, que também faz esta oposição, a burguesia dependente se

opção não apenas pela incidência sobre a massa de mais-valia ou na disputa entre trabalho e capital, mas principalmente pelo questionamento da base da estratégia compensatória na concorrência intracapitalista com o centro. Com isso, a intransigência e combate a tais reformas tendem a ganhar um caráter mais acirrado na periferia dependente.

O aprofundamento da integração ao mercado internacional e o conseqüente aumento da punção da mais-valia da economia dependente, diminuindo a massa de mais-valia passível de apropriação para o conjunto da burguesia dependente, pressupõe necessariamente a formação e consolidação de frações da burguesia dependente interessadas economicamente nesta integração. Tais frações tendem a assumir a hegemonia política perante as demais, uma vez que além dos incentivos econômicos advindos da integração ao mercado internacional, passam a contar com um importante recurso de poder na forma de apoio político imperialista no embate contra a classe trabalhadora local⁷.

A hegemonia das frações burguesas voltadas ao mercado externo implica na pressão por políticas públicas que intensifiquem a integração ao mercado externo, como eliminação das barreiras comerciais e tratados de livre comércio que aumentem as exportações; a livre mobilidade de capitais, que traz financiamento pela venda de ações e títulos de dívida ao capital internacional; e a desregulamentação do mercado de trabalho, não só por diminuir os custos de capital variável internamente, mas também em escala mundial, de forma a atrair investimentos diretos que possibilitem o fornecimento local de produtos e serviços.

Conseqüentemente, os conflitos intraburgueses entre o imperialismo e as frações locais não diretamente ligadas ao mercado externo tendem a não galgar o patamar de contradição principal na luta de classes das sociedades dependentes⁸. O Brasil traz um interessante exemplo histórico recente desse fato: a diretriz das últimas décadas de perseguir uma maior abertura comercial gera um claro descontentamento de parte da burguesia ligada

⁷ Dois exemplos concretos desse apoio: o já conhecido papel de articulação de golpes de Estado e grupos opositores que as embaixadas estadunidenses desempenham mundo afora; e a prontidão das forças armadas desse mesmo país para intervir nos mais distantes locais do globo.

⁸ O processo bolivariano de mudanças no continente, experimentado por Venezuela, Bolívia e em menor grau pelo Equador, se caracterizado como a busca de um desenvolvimento capitalista autônomo, poderia, a princípio, refutar esta característica, dado a centralidade do enfrentamento ao imperialismo no projeto bolivariano. Entretanto, consideramos que a hegemonia política nestas sociedades tem grande influência das forças populares e estas são as que levam o enfrentamento ao imperialismo ao centro do processo político, e não as frações burguesas locais, as quais permanecem como forças aliadas ao imperialismo, validando nossa tese.

à indústria, mas tal descontentamento não foi expresso em nenhuma candidatura presidencial burguesa nos últimos anos, ou ainda na contenção do processo de abertura por parte dos condutores do aparelho de Estado brasileiro.

Feita essa caracterização da burguesia dependente, passemos a uma breve análise de como foi influenciado a conformação do proletariado dependente.

A classe trabalhadora e a superexploração do trabalho

A incapacidade de generalizar a mais-valia relativa e a busca de maiores massas de mais-valia pela burguesia dependente influencia diretamente a constituição do proletariado das sociedades dependentes, fato este captado pelo que Marini (2000) denominou superexploração do trabalho, a qual

“(...) se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real”(MARINI, 2000: 160).

A singularidade do conceito de superexploração do trabalho não reside na proporção dos tempos de trabalho necessário e excedente, usado por Marx para definir as modalidades de mais-valia absoluta (aumento do tempo de trabalho excedente sem alterar o tempo de trabalho necessário) e relativa (aumento do tempo de trabalho excedente pela diminuição do necessário), mas sim na extração de mais-valia privilegiando o desgaste prematuro da força de trabalho⁹, resultado da combinação de processos no âmbito da produção (intensificação

⁹ “o fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho (...) porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; [ou ainda] (...) porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” (MARINI, 2000: 126).

do processo de trabalho e aumento da jornada de trabalho) e da circulação (remuneração abaixo do valor da força de trabalho¹⁰).

Marini (1978) esclarece a ligação entre superexploração do trabalho e a estratégia defensiva da burguesia:

(...) [la superexplotación del trabajo] implica que, sin variación del valor unitario, aumente la masa de valor producido y/o apropiado por el capitalista, ambos casos implicando aumento de la cuota de plusvalía. El aumento del valor apropiado, sin aumento de la masa de valor producido, corresponde a la reducción del salario sin una reducción equivalente del tiempo de trabajo necesario para que el obrero reponga el valor del mismo; el aumento de la masa de valor producido y apropiado resulta del aumento de la masa de trabajo rendido por el obrero, vía prolongación de la jornada de trabajo o intensificación del trabajo. En su concepto, la superexplotación se expresa pues en el incremento de la cuota de plusvalía sobre la base de una masa mayor de plusvalía y un valor unitario constante;” (MARINI, 1978).

A classe trabalhadora formada sob a égide da superexploração tende a encontrar duras condições de reprodução, marcada por algumas características. A primeira vem da dificuldade de organização dos trabalhadores diante da tentativa sistemática da burguesia em impedir a constituição de sindicatos, pois a simples possibilidade de concessão mínima que esta organização oferece implica na diminuição da massa de mais-valia. A segunda característica do proletariado dependente é a venda da força de trabalho em um mercado laboral influenciado pela constante elevação da oferta de força de trabalho, que combina desde a alta rotatividade nos postos de trabalho, passando pelo incentivo ao empreendedorismo, à incorporação em condições precárias de trabalhadores específicos de

¹⁰ “(...) cualquier variación en la magnitud extensiva o intensiva del trabajo hace variar en el mismo sentido el valor de la fuerza de trabajo. La prolongación de la jornada y el aumento de la intensidad del trabajo acarrear un mayor gasto de fuerza física y, pues, un desgaste mayor, que, dentro de ciertos límites, incrementa la masa de medios de vida necesarios a su reposición. Los métodos de superexplotación arriba mencionados (...) implican, pues, una elevación del valor de la fuerza de trabajo (MARINI, 1978).

faixa etária (jovens, idosos), sexo (mulheres) e raça (não-brancos) determinados, chegando às elevadas taxas de desemprego, todas contribuindo para o aumento da concorrência entre os trabalhadores.

O referencial teórico da obra de Marini tem o mérito de destacar, com muita precisão, características gerais das classes sociais nas economias dependentes, a exemplo do proletariado formado sob a superexploração do trabalho, ou a burguesia incapaz de contrapor-se à transferência de valor no âmbito concorrencial que busca compensação no aumento da massa de mais-valia. Para além disso, sua obra traz uma importante contribuição para a interpretação específica da burguesia brasileira: a ideia de subimperialismo.

A especificidade da burguesia dependente brasileira: o subimperialismo¹¹

O capitalismo brasileiro da década de 2000 presenciou três processos que sugerem a diferenciação da burguesia dependente local perante as demais do continente: i) a exportação crescente de capitais, com destaque para os investimentos diretos na forma de multinacionais brasileiras, ii) uma orientação da política externa de maior destaque regional e internacional¹², e iii) um período relativamente longo de acelerada acumulação de capital na década.

Tais traços, em conjunto, remetem à noção de subimperialismo, cunhada por Marini para dar conta do capitalismo brasileiro das décadas de 1960 e 1970, expressando a especificidade da dinâmica econômica e política do capitalismo dependente dentro de “*uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal*” (MARINI, 1974: 22), alçados à condição de “*centros medianos de acumulação – que são também potências capitalistas medianas*” (Idem, 1977: 8).

Três são as principais características do subimperialismo para Marini. A primeira é o “*exercício de uma política expansionista relativamente autônoma*” (Idem, ibidem: 17), visando não apenas a busca de mercados externos, mas também ao aumento da influência

¹¹ Esta seção apoia-se, com modificações e atualizações, em Bueno e Seabra (2009).

¹² Um indicador desta atuação internacional foi a série de prêmios que o então presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, recebeu no ano de 2009: Prêmio Estadista Global do Fórum Econômico Mundial; Homem do Ano do jornal francês Le Monde; Personagem ibero-americano de 2009 pelo jornal espanhol El País; destaque na lista das 50 personalidades que moldaram a década de 2000 do jornal Financial Times.

política sobre outros países e mercados, configurando o que Marini chama de cooperação antagônica com os centros imperialistas, cujo cerne é a coexistência entre uma ativa e estreita colaboração brasileira com a estratégia geopolítica dos EUA na estabilização da América Latina, influenciando os países vizinhos, e frequentes choques pontuais com os EUA, não para questionar a estratégia estadunidense, mas sim para conseguir barganhar maiores vantagens e espaços para o Brasil.

A segunda característica dos centros medianos de acumulação subimperialistas é o alcance de “*uma composição orgânica média em escala mundial dos aparatos produtivos nacionais*” (MARINI, 1974, p. XII-XIII; 1977) e uma organização monopolista dos principais ramos da economia dependente, os quais implicam em um papel central dos mercados externos para a economia subimperialista.

A terceira característica da dinâmica subimperialista é a vigência de determinadas alianças entre frações da burguesia que buscam ativamente a ampliação da influência política e do controle de mercados externos, não só como forma de viabilizar a acumulação de capital na economia dependente, mas de configurar um bloco burguês dominante em torno da maior integração ao mercado internacional.

É de suma importância notar que, em nossa interpretação, a formulação de Marini pressupõe, primeiro, a *importância da intervenção estatal*, pois é em função dela que se torna possível “*fundamentar o projeto, não de uma estrutura subimperialista, senão de uma política subimperialista*” (MARINI, 1977: 21), seja por intermediar a política externa de cooperação antagônica, seja por influir na luta de classes contra os trabalhadores. Segundo, pressupõe a *necessária presença simultânea das três características* acima elencadas.

As três características parecem novamente se apresentar nos anos 2000. A política externa na década engendrou *elementos de antagonismo* com os interesses estadunidenses na i) priorização das políticas de parcerias Sul-Sul, ii) na ênfase no MERCOSUL, iii) na criação de um bloco sul-americano de países, iv) no protagonismo em fóruns multilaterais como o G-20; v) na busca de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, vi) apoio à Argentina na disputa contra a Inglaterra a respeito das ilhas Malvinas, e vii) não alinhamento brasileiro aos EUA contra o programa nuclear iraniano.

Ao mesmo tempo, a *cooperação brasileira* com o projeto estadunidense ocorreu pela i) atuação na busca da estabilização política da América do Sul, a exemplo do papel de mediador nas crises internas do Paraguai Venezuela, Equador, Bolívia, comando das tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti desde 2004 e na crise bilateral entre Equador e Colômbia; ii) aliança com os EUA em torno do desenvolvimento de um mercado mundial de agro energia, convertendo o Brasil no principal provedor de agro combustíveis e garantir o abastecimento do mercado norte-americano; e iii) no acordo que permite a instalação de uma unidade militar dos EUA no território brasileiro, envolvendo desde técnicas de vigilância e agentes disfarçados, passando pela troca de dados de inteligência, chegando até o treinamento em ações transfronteiriças.

A postura da política externa recente coaduna-se com a consolidação de uma fração da burguesia local exportadora de capital¹³, como nos mostra a Tabela 1, que traz o fluxo anual das principais modalidades de investimento brasileiro no exterior, cujo total salta de US\$ 6,9 bilhões em 2000 para nada menos que US\$ 58,8 bilhões em 2010. A principal modalidade¹⁴ é a de investimentos diretos, ligados à expansão de empresas multinacionais¹⁵ locais.

A fração responsável pelo investimento direto brasileiro no exterior compõe, junto ao setor de agronegócios exportador de *commodities* e ao das finanças defensora da livre mobilidade de capitais, um bloco no poder hegemônico, organizado em torno da maior integração ao mercado internacional.

Tabela 1 - Investimentos Brasileiros no Exterior – 2000 a 2010 - US\$ milhões

Rubrica	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Investimento brasileiro direto	-2282	2258	-2482	-249	-9807	-2517	-28202	-7067	-20457	10084	-11519
Participação no capital	-1755	1752	-2402	-62	-6640	-2695	-23413	-10091	-13859	-4545	-26782

¹³ É neste momento também que surgem políticas públicas voltadas para incentivar a internacionalização, a exemplo da criação de uma linha de crédito específica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinada à implantação de filiais no exterior, e da incorporação, dentre os objetivos da criação do Fundo Soberano do Brasil, do estímulo à internacionalização de empresas.

¹⁴ Nota-se que a partir de 2007, os investimentos em Moeda e Banco, ligados às frações burguesas financeiras, voltam a ganhar destaque.

¹⁵ A internacionalização da burguesia brasileira na forma das multinacionais concentra-se, setorialmente, em recursos naturais (Gerdau, Vale, Petrobrás, Votorantim), engenharia e construção civil (Odebrecht, Andrade Gutierrez) e manufaturas intensivas em engenharia (Marcopolo, Sabó, Embraer, WEG e Tigre) e, geograficamente, na América Latina e Europa

Empréstimo intercompanhia	-527	505	-81	-187	-3167	178	-4789	3025	-6598	14629	15263
Investimento brasileiro em carteira	-1696	-795	-321	179	-755	-1771	6	286	1900	4125	-4784
Ações de companhias estrangeiras	-1953	-1121	-389	-258	-121	-831	-915	-1413	257	2582	6211
Títulos de renda fixa LP e CP	258	326	67	437	-633	-940	921	1699	1643	1542	-10995
Outros investimentos brasileiros	-2989	-6586	-3211	-9752	-2085	-5035	-8416	-18552	-5269	-30376	-42575
Empréstimo e financiamento LP e CP	-282	-1050	-1740	-811	-1489	-1840	-5015	-1773	-4818	-25299	-36568
Moeda e depósito	-1774	-8001	-1300	-8579	-668	-2930	-2743	-16112	-2232	-4966	-4855
Bancos	1321	-3857	4341	-7009	1407	-1187	-1234	-10691	3430	-2936	2117
Demais setores	-3095	-4144	-5641	-1570	-2075	-1744	-1509	-5421	-5662	-2029	-6971
Outros ativos LP e CP (líquido)	-933	2465	-172	-363	73	-265	-658	-666	1781	-112	-1152
Total	-6967	-5123	-6015	-9823	-12647	-9322	-36612	-25332	-23826	-16167	-58878

Fonte: Banco Central do Brasil – Séries Temporais – Balanço de Pagamentos Anual

Interessante notarmos que a análise original de Marini atribuía a expansão internacional do capital brasileiro à dificuldades de realização das mercadorias (esfera da circulação) no mercado interno, afetando a configuração setorial da indústria (voltada a bens suntuários) e incentivando a elevação das exportações brasileiras nas décadas de 1960 e 1970. Se o enfoque da restrição do mercado interno já apresentava dificuldades para explicar o movimento de internacionalização do terceiro quarto do século XX lastreado nas exportações de mercadorias, mostra-se inadequado para o de capital no início do século XXI, pois sua explicação encontra-se na composição orgânica média do capital na economia brasileira.

O período de crescimento na década de 2000 implicou no aumento da composição orgânica do capital na economia brasileira, fazendo com que o grande capital brasileiro ganhasse condição de internacionalizar a etapa produtiva, de modo a apresentar-se em outras economias com uma composição orgânica acima (economias periféricas) ou pelo menos igual à média (economias centrais) da vigente, não para superar restrições de realização interna à economia brasileira, mas para se apropriar extraordinariamente de parte da mais-valia produzida em outras economias, dentro da lógica da Lei de Equalização da Taxa de Lucro, analisada por Marx no livro terceiro de O Capital

Neste ponto cabem duas questões cruciais relacionadas a dinâmica subimperialista, em que ocorre a consolidação de uma burguesia internacionalizada pela exportação de capitais na forma de multinacionais. Primeiro, estaria negada a condição de burguesia dependente? Segundo, estaria superado o recurso da burguesia à superexploração do trabalho e a busca de maiores massas de mais-valia?

Marini (1992, p.151) alerta que o subimperialismo não pode ser confundido com “*um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma evolução do capitalismo dependente*”, no sentido de um desenvolvimento do capitalismo autônomo ou da superação da relação de dependência, pois se trata da “*(...) forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro*” (MARINI, 1974: 22), ou seja, o conceito de subimperialismo sintetiza uma dinâmica econômica, política e social alcançadas por algumas poucas economias dependentes.

Na atual dinâmica subimperialista brasileira, o que se modifica é a margem de manobra na atual Divisão Internacional do Trabalho, que abre espaço para multinacionais locais e exportação de capital. Mas, ao invés de superar a condição de dependência, esta margem de manobra acaba por reforçar a determinação das relações de produção locais pela vinculação com o mercado mundial, tanto a partir de uma burguesia local internacionalizada, como pelo aumento da presença do capital internacional nas economias periféricas através do Investimento Direto no Exterior - IDE.

Mantida a condição de dependência, a superexploração mantêm-se, mesmo que articulada com outras formas absolutas e relativas de extração de mais-valia decorrentes dos processos de reestruturação produtiva expriados no âmbito internacional. Neste sentido, é importante notarmos que, primeiro, a dependência leva à superexploração como recursos defensivo da burguesia, mas a superexploração não se restringe necessariamente a uma resposta da dependência, como nos mostra os estudos de Valencia (2009) sobre a disseminação da superexploração no capitalismo central. Segundo, mesmo as frações burguesas internacionalizadas, portadoras de uma composição orgânica elevada a ponto de permitir a disputa de mais valia em outros espaços econômicos, as quais teoricamente estariam aptas a valer-se da extração de mais-valia relativa, não só não abandonam a superexploração, mas chegam a exportá-la diretamente em alguns casos, como nos mostra as imposições da Vale em sua atuação no Canadá¹⁶.

Por fim, a conformação de uma fração burguesa internacionalizada no âmbito produtivo questiona teoricamente um dos pressupostos centrais daquelas interpretações da

¹⁶ Ver os capítulos IX a XII do Dossiê dos Impactos e Violações da Vale pelo Mundo. I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, Rio de Janeiro, Abril de 2010.

sociedade brasileira de cunho “desenvolvimentista” que conferem papel central à burguesia nacional para desenvolver as forças produtivas internas em algum grau de confronto com o capital internacional¹⁷. Ao alçar o âmbito produtivo à mesma condição da circulação (exportação) e das finanças no atrelamento ao mercado internacional, as decisões de investimento, de adoção de novas tecnologias, de organização dos processos de trabalho, dentre outras dimensões, passam a responder não mais ao mercado interno, recolocando dúvidas sobre a capacidade de desenvolvimento das forças produtivas internas que tal fração da burguesia proporcionaria.

Superexploração, subimperialismo e os elementos para a dinâmica da luta de classes atual

A obra de Marini, em especial os conceitos de superexploração da força de trabalho e subimperialismo, fornecem elementos para o entendimento da atual estrutura de classe latino-americana, bem como da dinâmica da luta de classes em nosso continente? Defendemos que a resposta é afirmativa, sustentada nos seguintes pontos.

A seminal interpretação sobre o papel desempenhado pelas economias dependentes a partir do século XIX, qual seja, a de viabilizar a expansão capitalista internacional pelo barateamento do capital constante e variável, destacou um traço mantido e reforçado na década de 2000, como nos mostra o grande aumento das exportações de *commodities*, sobretudo para o polo mais dinâmico de acumulação dos últimos anos, a China¹⁸.

Se mantêm o não controle do progresso técnico para o conjunto da burguesia local que opera com composição orgânica do capital inferior à média internacional, mas surgem frações da burguesia local organizando blocos de capital com composição orgânica elevada a ponto de se internacionalizar no âmbito produtivo e não meramente comercial, desdobrando-

¹⁷ Incluímos aqui desde as formulações clássicas do Partido Comunista Brasileiro, que encarava a aliança entre o imperialismo e o latifúndio um entrave ao desenvolvimento nacional a ser capitaneado pelas frações industriais em aliança com os trabalhadores, passando por Cardoso de Mello (1982) e a visão da industrialização implementada pela divisão de funções entre capital nacional, internacional e estatal, chegando a Furtado (1974, 1992 e 1997) e a capacidade de internalizar os centros de decisão de acumulação.

¹⁸ Para um excelente panorama das relações econômicas da China com a América Latina, ver CEPAL (2010).

se no surgimento e expansão das multinacionais latino-americanas, as chamadas multilatinas¹⁹.

Um breve panorama da evolução dos índices de pobreza, da distribuição pessoal e funcional da renda, da evolução do rendimento real dos trabalhadores e da renda *per capita* na última década na América Latina nos mostra que a modalidade de mais-valia relativa ainda não foi generalizada em nosso continente, sugerindo a manutenção do expediente da superexploração. As reformas no mercado de trabalho em direção à desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho nas décadas de 1990 e 2000 tendem também a reforçar tal pática.

Uma dinâmica da sociedade brasileira diretamente influenciada pela dependência e superexploração diz respeito à dificuldade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 231/95, que trata da reivindicação de várias Centrais Sindicais para regulamentação da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários, em tramitação a nada menos que 15 anos no Congresso Nacional. O longo tempo de trâmite traduz nada mais do que a resistência à diminuição da produção da massa de mais-valia no conjunto da economia brasileira, a qual desdobrar-se-ia negativamente na estratégia de acumulação da burguesia dependente.

As frações burguesas locais diretamente associadas ao imperialismo continuam desempenhando papel hegemônico por toda o continente latino-americano. Exportadoras de *commodities* intensivas em recursos naturais e/ou mão-de-obra para o mercado internacional, negociadoras de ações e títulos de dívida privada nos mercados financeiros locais, e investidoras no exterior sob as diversas formas de investimento externo, são algumas das frações associadas que constantemente aparecem à frente de processos políticos importantes na América Latina, a exemplo dos protestos dos produtores de grãos na Argentina contra o imposto específico sobre suas exportações²⁰, da tentativa separatista dos produtores do departamento boliviano de Santa Cruz de la Sierra, primeiro sob a forma de referendo sobre a autonomia provincial, depois na de levantes contra as instituições públicas federais nos

¹⁹ Para uma discussão do assunto sob a ótica macro e microeconômica, ver SANTISO (2008).

²⁰ Para uma análise dos significados do embate envolvendo os produtores de grãos argentinos, ver KATZ (2008).

estados²¹. Interessante notar que esta hegemonia tem a contrapartida do aumento dos patamares de transferências de recursos para o exterior e a perda de controle da burguesia local sob uma parte da mais-valia aqui produzida.

No Brasil, presenciamos a hegemonia incontestada do bloco burguês internacionalizado sobre o conjunto da burguesia local. Além da fração exportadora de *commodities*, outras duas compõem tal bloco. A fração da grande indústria em internacionalização que conseguiu, na década de 2000, ascender politicamente²² e passou a dividir a direção política da burguesia local com a fração financeira, que também compõe o bloco.

Interessante notar que a mudança na composição do bloco não implicou no questionamento da posição hegemônica da fração financeira. A raiz dessa posição encontra-se na liberalização dos fluxos de capitais e da reafirmação do dólar como representação mundial do valor ocorrida na década de 1970. Tal processo fez com que a fração diretamente ligada às finanças ganhasse peso econômico e político por todo o mundo, transbordando seus parâmetros ideológicos e de avaliação econômica a outras frações do capital, processo este conhecido na literatura por financierização. Uma vez consolidada a hegemonia da fração financeira, a incorporação dos países dependentes ao mercado internacional passa a ser condicionada pela busca dos parâmetros institucionais e econômicos que a fração financeira impõe. Isto implicou em uma onda de reformas previdenciárias, privatizações de serviços e empresas públicas, mudanças no aparelho estatal para se tornar um regulador dos mercados privados, mudanças nas relações trabalhistas em direção à precariedade. Toda movimentação política que fuja destes parâmetros fica ameaçada de penalização pela exclusão da plena participação no mercado financeiro mundial e os consequentes aportes de recursos da burguesia internacional para a local. Soma-se a isso a estratégia das empresas transnacionais de pulverização da cadeia produtiva, trazendo sempre implícita a ameaça de transferências de etapas do processo produtivo feitas em um país para outro.

²¹ Para uma análise, ver FREIRE (2008) e "A Bolívia corre um risco grave de iugoslavização", Brasil de Fato, 13/09/2008.

²² Empiricamente constatado pelo escopo das políticas públicas que passam a contemplar diretamente este segmento da burguesia. No âmbito das diretrizes, destaca-se a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE de 2004, posteriormente reformulada, em 2009, na Política de Desenvolvimento Produtivo. No âmbito da organização do aparelho estatal, destaca-se a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, além da redefinição da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Por fim, a mudança de qualidade da presença internacional brasileira²³, decorrência direta do desenvolvimento capitalista da última década e captado pelo conceito de subimperialismo, coloca cada vez mais a política externa como um tema de interesse para as frações burguesas locais internacionalizadas, fetadas pelo desenrolar da coordenação política regional em instâncias como a União de Nações Sul-Americanas - Unasul e a Organização dos Estados Americanos - OEA, de processos de integração econômica como o Mercosul e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA, ou ainda da proteção dos investimentos brasileiros no exterior. No plano teórico, a busca de uma interpretação do atual papel internacional do Brasil vem impulsionando uma série crescente de análises e interpretações que fazem referência ao subimperialismo, com uma grande diversidade de significados, perspectivas e alcance na referência ao conceito²⁴.

Conclusão

O balanço feito da contribuição da obra de Marini para o entendimento das classes sociais latino-americanas sugere uma grande atualidade e pertinência da mesma para a interpretação dos processos econômicos, políticos e ideológicos em nosso continente.

A condição de dependência, na qual as relações de produção locais são moldadas a partir dos interesses do imperialismo, continua vigente. O recurso sistemático à superexploração do trabalho é algo presente por todo o continente, bem como a dinâmica subimperialista do Brasil ganha cada vez mais relevância nos rumos continentais.

²³ Para um panorama desta mudança, ver IPEA (2010), em especial a Parte III do Volume 2, “O Brasil no mundo: economia e relações internacionais”.

²⁴ Sinteticamente, uma primeira corrente encara o subimperialismo como uma mera figura retórica que descreve uma tendência expansionista brasileira cuja funcionalidade é a defesa dos interesses nacionais no mercado mundial, contestando a validade da identificação entre maior presença internacional brasileira e subimperialismo, pois o uso deste termo traria intrinsecamente um juízo de valor pejorativo sobre o papel internacional desempenhado pelo Brasil na defesa de seus interesses nacionais. Outra vertente vale-se indistintamente dos termos subimperialismo e imperialismo para tratar a política externa e a expansão das multinacionais brasileiras, usando os termos imperialismo e subimperialismo como sinônimos, o que problematiza a clara relação de determinação, estabelecida na obra de Marini, do imperialismo, fase do capitalismo em que a política do capital financeiro e dos monopólios prevalece sobre o conjunto da economia, sobre o subimperialismo. Uma terceira vertente se propõe partir do subimperialismo na obra de Marini, mas limitam-se à perspectiva da política externa.

Sendo assim, a superexploração do trabalho e o subimperialismo mostram-se conceitos chaves para um correto entendimento das classes sociais latino-americanas no início do século XXI.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Marisa e CARCANHOLO, Marcelo. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 12 n. 2 p. 216-225, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/11905>. Acesso em 16/12/2010.

BUENO, Fabio e SEABRA, Raphael. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. In: **Anais do 34º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, Caxambu, 2009. Disponível em : http://www.anpocs.org.br/portal/component/option,com_docman/task,cat_view/gid,76/Itemid,85/ Acesso em 20/12/2010.

CARDOSO DE MELLO, Joao Manuel. **O capitalismo tardio: contribuicao a revisao critica da formacao e do desenvolvimento da economia brasileira**. Sao Paulo, Brasiliense, 1982.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). La República Popular de China y América Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica. Santiago de Chile, mayo de 2010. Disponível em http://www.cepal.org/publicaciones/xml/2/39082/RP_China_America_Latina_el_Caribe_una_relacion_estragica_906.pdf Acesso em 20/12/2010.

FREIRE, Alípio. O "autonomismo" cruenho derrotado. Brasil de Fato, 07/05/2008. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/3593> Acesso em 21/12/2010.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974

_____. **Brasil, a construção interrompida**. São Paulo, Paz e Terra, 1992

_____. **O capitalismo global**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. IPEA, Brasília, 3v, 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro_BD_vol2.pdf Acesso em 20/12/2010.

KATZ, Claudio. El agro-capitalismo de la soja. 2008. Disponível em http://www.lahaine.org/katz/b2-img/EL_AGRO-CAPITALISMO_DE_LA_SOJA.doc Acesso em 20/12/2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes/ Buenos Aires: Clacso, 2000. Ediciones Era, México, 1991.

_____. **Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)**. Publicado en Revista Mexicana de Sociología, número especial, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978.

_____. **Subdesarrollo y revolución**. Siglo XXI Editores, México, (quinta edición) 1974.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, (Coleção Os Economistas), 1985.

NUN, Jose. **Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal**. Revista Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 5 (2), jul, 1969.

QUIJANO, Anibal. **Notas sobre o conceito de marginalidade**. Em L. Pereira (Org.), Populações marginais. São Paulo: Duas Cidades. 1978.

SANTISO, Javier. **La emergencia de las multilatinas**. Revista de la CEPAL Nº 95, 7-30, Santiago de Chile, agosto de 2008.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Superexplotación del trabajo y nuevas periferias en la economía mundial**. Rebellion, 11-11-2009. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=94976> acesso em 11/03/2010.